

Banco Bari de
Investimentos e
Financiamentos
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanço patrimonial	10
Demonstração de resultados	11
Demonstração de resultados abrangentes	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo de domínio privado, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020. O Banco é especializado em dois produtos, quais sejam: i) crédito imobiliário, que apresenta derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de contratos imobiliários originados por construtoras e/ou incorporadoras e empréstimos com garantia de imóveis e ii) crédito consignado. Adicionalmente, o Banco iniciou atuação como coordenador líder em ofertas públicas e, também, operou como banco custodiante e/ou liquidante para entidades que não detêm conta de reservas bancárias. A seguir, as variáveis que tiveram importância no contexto da atuação da instituição no período sob apreço:

A) Cenário Macroeconômico

O exercício de 2020 foi singular, e será lembrado por muito tempo, em que o cenário macroeconômico foi marcado por incertezas, em decorrência da pandemia (Covid-19) que enfrentamos, que exigiu esforços em várias frentes, em que se incluiu o acompanhamento atento das medidas trazidas pelo Governo para mitigar os seus efeitos. Nada obstante as dificuldades, continuamos crescendo, com rentabilidade positiva e onde se procurou implementar práticas para atender aos clientes, com os seguintes destaques:

- a) O Governo Federal instituiu incentivos para renegociações de operações creditícias, para minimizar as dificuldades de devedores afetados pelo contexto econômico, ao conceder tratamento diferenciado no gerenciamento de risco de crédito de que trata a Resolução CMN 4557. Assim, empreendemos renegociações de empréstimos/financiamentos visando adequar a capacidade dos devedores frente às reduções de rendas experimentadas. Nessa linha, merecem realce as carências aplicadas no crédito consignado, estendendo os prazos de amortização, atendendo postulações individualizadas de devedores, e, na área de crédito imobiliário, em que 1.005 contratos, representando R\$226,8 milhões ou cerca de 40% do total de contratos da espécie foram contemplados pelo Banco com a medida;

- b) A dispensa temporária de recolhimento de IOF nas operações de crédito trouxe redução de custos para os tomadores, alavancando novas transações. Junte-se a isso o aumento do limite de margem consignável admitido pela União para o crédito consignado, de 35% para 40%, igualmente representou estímulos para a modalidade e de amparo às famílias endividadas que recorreram à essa linha operacional, com reflexos positivos em nosso âmbito, no tocante ao convênio com o INSS; e
- c) A fixação pelo Copom da taxa básica de juro (Selic) em 2% a.a., o menor patamar desde o início da série histórica, em 1996, tendo resultado em desafios às instituições financeiras para buscar alternativas rentáveis para as captações.

B) Iniciativas Inovadoras e de Continuidade do Banco Digital:

O desenvolvimento de ações múltiplas para acelerar a sua transformação em banco digital, sob denominação de “Multiconta”, teve início em 2017 e teve maior expansão a partir de 2019. I) **Inovadoras:** Em 2020, foram implementadas operações que têm o selo inovador, as quais referenciamos: 1) efetuamos a primeira transação de linha de crédito com garantia de imóvel (Bariflex); 2) emitimos o primeiro cartão de crédito com a mesma garantia; 3) em parceria com a controlada Bari Securitizadora, colocamos em mercado o primeiro CRI de “Home Equity”; e 4) concluímos, com a disponibilização na multiconta de um cartão contar com cartões associados para atender gastos específicos, ou, alternativamente, para serem direcionados a parentes diretos, como filhos e, ainda, funcionando como contas para poupar para os seus objetivos e interesses futuros. **II) Continuidade:** 1) lançamento do “Bari Card”, com abrangência nacional e internacional, em parceria com a bandeira Elo; 2) Adoção de providências junto ao Banco Central para ingresso no PIX, na janela aberta em dezembro/2020, que, será oportunizado aos titulares de contas digitais no início de 2021; 3) facultado saques aos titulares de cartões Bari por intermédio da rede “Banco 24 Horas”; e 4) para colocar no ar todas as funcionalidades descritas nos dois campos aqui tratados, **I e II**, colocamos os nossos sistemas em nuvem (aws), instalou-se um novo CRM (salesforce) e desenvolvemos plataformas para melhorar a interatividade e receptividade das propostas e dos fluxos de crédito e investimento.

Espera-se que o Banco, assim, ingresse em nova era em seus negócios, oferecendo maior gama de produtos aos clientes, atingindo camadas mais representativas de investidores e demandadores de créditos.

C) Destaques Operacionais

Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), pelo Conglomerado Prudencial Bari , composto pelo Banco Bari S.A. e controladas Bari Securitizadora S.A. e Bari Companhia Hipotecária, que mostram a evolução ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
a) Patrimônio Líquido (PL):	121.123	97.243
b) Ativos de crédito:	804.626	700.158
c) Captação:	783.797	634.533
d) Índice de Basileia:	19,71	19,55
f) Lucro líquido:	33.627	21.817
g) ROE (Retorno sobre o PL)	26,64%	21,98%
h) ROAE (Retorno sobre PL médio)	29,96%	23,84

Vale ressaltar que o lucro líquido, conquanto em nível que julgamos deveras positivo, teve impactos internos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma. Contudo, sem o investimento em lide não teria sido possível alcançar a expressão dos resultados que atingimos. Como prova do afirmado, no comparativo 2020/2019, tivemos as seguintes evoluções: carteira de crédito imobiliário, incluindo o home equity, cresceu 17,4%; a do crédito consignado, teve incremento de 9,8%; o lucro líquido apresentou aumento de 56,1% e o ROE médio de 25,6%. Por outro lado, as seguidas quedas da taxa Selic oportunizaram construir alternativas para oferecimento de aplicações financeiras rentáveis aos nossos clientes, de modo a manter a atratividade dos títulos de nossa emissão, o que resultou em expansão da carteira, conforme demonstrado no quadro acima. Realçamos ainda, como pontos positivos, a inadimplência ter se mantido em nível tolerável, abaixo de previsões iniciais, não se confirmando, portanto, perdas cogitadas de maior escala. Contribuíram para tanto as renegociações empreendidas, e a normal continuidade das áreas, ainda que um forte contingente funcional do Banco tenha atuado em regime de “home office”.

D) Medidas Acautelatórias Decorrentes da Pandemia

Adotamos todas as cautelas necessárias, em linha com as recomendações das áreas médicas e governamentais, para a preservação da saúde de nossos colaboradores e clientes. Instituímos, ainda, canais de comunicação com recursos virtuais para manter o quadro funcional atualizado com as normas expedidas no período e

incentivando-o à participação em treinamentos e em reuniões de serviço, quando necessárias para o alcance de melhores práticas negociais.

Agradecimentos

A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores que possibilitou o crescimento que experimentamos no exercício de 2020.

Curitiba (PR), 18 de Março de 2021.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselho de Administração e Diretores da
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		188.107	151.259	Circulante		105.826	80.665
Disponibilidades	4	572	145	Depósitos e demais instrumentos financeiros		60.312	64.539
Instrumentos financeiros		178.426	148.797	Depósitos		26.578	16.813
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		92.871	80.471	Depósitos a prazo	11.a	24.896	1.804
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	30.400	54.705	Outros depósitos	11.b	1.682	-
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	5.a	56.543	-	Depósitos interfinanceiros	11.c	-	15.009
Títulos e valores mobiliários - mantidos para negociação	5.b	-	25.766	Recursos de aceites de emissão de títulos	11.d	33.734	45.295
Títulos e valores mobiliários - valores em garantia de operações	5.c	5.928	-	Recursos de aceites cambiais		33.166	45.295
Operações de crédito	6	85.555	68.326	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		568	-
Operações de crédito - setor privado		87.798	70.583	Instrumentos financeiros derivativos	5.c	-	2.431
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(2.243)	(2.257)	Instrumentos financeiros derivativos		-	2.431
Outros ativos financeiros	7	9.103	2.265	Outras obrigações		45.514	16.126
Outros ativos	8	6	52	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		44	23
				Sociais e estatutárias		13.163	4.097
				Fiscais e previdenciárias	12	1.091	2.760
				Diversas	13	31.216	9.246
Não circulante		390.783	233.617	Não circulante		352.623	207.360
Realizável a longo prazo		305.750	188.022	Exigível a longo prazo		352.623	207.360
Instrumentos financeiros		298.799	182.225	Depósitos e demais instrumentos financeiros		352.349	206.944
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		16.751	-	Depósitos	11.a	282.166	149.302
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	5.a	16.751	-	Depósitos a prazo		282.166	149.302
Operações de crédito	6	282.048	182.225	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.d	63.375	54.085
Operações de crédito - setor privado		285.252	184.700	Recursos de aceites cambiais		12.031	54.085
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(3.204)	(2.475)	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		51.344	-
Créditos tributários	22	6.431	4.612	Instrumentos financeiros derivativos	5.c	6.808	3.557
Outros ativos financeiros	7	20	685	Instrumentos financeiros derivativos		6.808	3.557
Outros ativos financeiros		347	1.012	Outras obrigações		274	416
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(327)	(327)	Fiscais e previdenciárias	12	-	181
Outros ativos	8	500	500	Diversas	13/14	274	235
Outros ativos		1.250	1.250	Patrimônio líquido	15	120.441	96.851
Provisão para redução ao valor recuperável		(750)	(750)	Capital	15.a	50.000	50.000
Permanente		85.033	45.595	De domiciliados no país		50.000	50.000
Investimentos		70.474	39.335	Reservas de lucros		70.387	46.851
Investimentos em participações em coligadas	9	70.471	39.332	Ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado		54	0
Outros investimentos		3	3	Total do passivo		578.890	384.876
Imobilizado de uso		1.978	1.487				
Outras imobilizações de uso		3.163	2.741				
Depreciações acumuladas		(1.185)	(1.254)				
Intangível	10	12.581	4.773				
Ativos intangíveis		15.549	5.182				
Amortização acumulada		(2.968)	(409)				
Total do ativo		578.890	384.876				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Sem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Receitas da intermediação financeira		<u>34.013</u>	<u>61.754</u>	<u>52.866</u>
Operações de crédito	6.b	33.150	61.843	54.776
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.d	1.273	3.419	2.822
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.d	(410)	(3.508)	(4.732)
Despesas da intermediação financeira		<u>(14.816)</u>	<u>(25.543)</u>	<u>(21.573)</u>
Operações de captação no mercado	11.c	(12.262)	(20.452)	(18.023)
Despesas de obrigações de empréstimos e repasses		-	(94)	-
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(2.554)	(4.997)	(3.550)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>19.197</u>	<u>36.211</u>	<u>31.293</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(5.503)</u>	<u>(4.856)</u>	<u>(6.628)</u>
Receita de prestação de serviços	17	2.269	4.130	1.019
Despesas de pessoal		(3.119)	(4.886)	(3.316)
Outras despesas administrativas	19	(22.862)	(33.152)	(13.959)
Despesas tributárias	18	(1.280)	(2.654)	(2.282)
Resultado de participação em coligadas e controladas	9	19.392	31.297	9.981
Outras receitas operacionais		614	1.073	1.959
Outras despesas operacionais		(517)	(664)	(30)
Resultado operacional		<u>13.694</u>	<u>31.355</u>	<u>24.665</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>13.694</u>	<u>31.355</u>	<u>24.665</u>
Imposto de renda e contribuição social	21	4.053	1.978	(3.158)
Provisão para imposto de renda		1.966	79	(2.584)
Provisão para contribuição social		1.515	80	(1.728)
Ativo fiscal diferido		572	1.819	1.154
Lucro líquido do semestre		<u>17.747</u>	<u>33.333</u>	<u>21.507</u>
Quantidade de ações		50.000	50.000	50.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,35494	0,66666	0,43014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Sem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do período	<u>17.747</u>	<u>33.330</u>	<u>21.507</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	54	54	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	99	99	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(45)</u>	<u>(45)</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>17.801</u></u>	<u><u>33.384</u></u>	<u><u>21.507</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Capital Social	Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 1 de janeiro de 2019		50.000	1.981	29.394	-	-	81.375
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	21.507	21.507
Destinações:							
Constituição de reserva		-	1.075	14.401	-	(15.476)	-
Juros sobre capital próprio	15.d.1	-	-	-	-	(5.040)	(5.040)
Dividendos	15.d.1	-	-	-	-	(991)	(991)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		50.000	3.056	43.795	-	-	96.851
Mutações do exercício		-	1.075	14.401	-	-	15.476
Saldos em 1 de julho de 2020		50.000	3.875	57.762	-	-	111.637
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	54	-	54
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	17.747	17.747
Destinações:							
Constituição de reserva		-	887	7.863	-	(8.750)	-
Juros sobre capital próprio	15.d.1	-	-	-	-	(3.917)	(3.917)
Dividendos	15.d.1	-	-	-	-	(5.080)	(5.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		50.000	4.762	65.625	54	-	120.441
Mutações do exercício		-	887	7.863	54	-	8.804
Saldos em 1 de janeiro de 2020		50.000	3.056	43.795	-	-	96.851
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	54	-	54
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	33.333	33.333
Destinações:							
Constituição de reserva		-	1.667	21.869	-	(23.536)	-
Juros sobre capital próprio	15.d.1	-	-	-	-	(4.717)	(4.717)
Dividendos	15.d.1	-	-	-	-	(5.080)	(5.080)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		50.000	4.723	65.664	54	-	120.441
Mutações do exercício		-	1.667	21.869	54	-	23.590

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e semestre findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	2º Sem/2020	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	17.747	33.333	21.507
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	1.795	2.845	252
Equivalência patrimonial	(19.392)	(31.297)	(9.981)
Resultado com instrumentos derivativos	410	3.508	4.732
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.554	4.997	3.550
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	419	442	(17)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(3.299)	22	4.381
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	(754)	(2.000)	(1.223)
Residual alienação imobilizado	-	(10)	(34)
Participação dos empregados	209	363	237
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários	17.380	(53.358)	5.180
Operações de crédito	(99.024)	(122.050)	(15.602)
Outros créditos	(6.416)	(4.602)	(1.902)
Outros valores e bens	45	46	677
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos interfinanceiros e a prazo	67.857	142.629	120.094
Recursos de aceites cambiais	13.701	(2.271)	(105.990)
Instrumentos derivativos	(2.687)	(2.687)	(2.804)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	44	21	(6)
Obrigações sociais e estatutárias	(754)	(1.094)	(1.016)
Obrigações fiscais e previdenciárias	2.846	2.887	(5.860)
Outras obrigações	21.669	21.567	6.760
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.602)	(4.623)	(2.261)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	12.748	(11.332)	20.674
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos	-	93	1.987
Aquisições de investimentos	(1.455)	(1.506)	(1.050)
Aquisições de imobilizado	(549)	(779)	(908)
Adições ao intangível	(5.052)	(10.367)	(4.760)
Baixa do intangível	-	-	22
Alienação do imobilizado	-	13	37
Caixa líquido (utilizados) nas atividades de investimentos	(7.056)	(12.546)	(4.672)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	-	(4.228)
Caixa líquido aplicado na atividades de investimentos	-	-	(4.228)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.692	(23.878)	11.774
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	25.280	54.850	43.076
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	30.972	30.972	54.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

Impactos da pandemia nas demonstrações financeiras

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que o Banco possui maior atuação, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shoppings, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, bem como na redução drástica de consumo e geração de renda

Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Banco manteve reserva de caixa, para honrar com suas obrigações, não tendo necessidade de captação adicional no mercado ou através de aumento de capital. O Banco promoveu as renegociações, com prorrogação de prazo de pagamento de parcelas, e alguns casos concedeu carência, para aqueles clientes que tiveram impacto direto com a pandemia. Mesmo diante desse cenário, não observou-se impactos relevantes nos índices de inadimplência por conta da pandemia, até o encerramento do exercício de 2020.

O Banco mantém a preocupação com a saúde dos seus colaboradores, clientes e fornecedores, bem como a continuidade das operações de maneira segura.

Por este motivo, decidimos adotar o trabalho de forma híbrida, sendo alguns dias da semana trabalho nas dependências do Banco e outros em home office, para os colaboradores que estejam no grupo de risco, o trabalho está sendo integralmente home office, estabelecendo todos os protocolos de segurança sanitária instituídos pelos órgãos de saúde, diante da disseminação do vírus.

Adicionalmente, o cenário e resultados a partir do segundo semestre de 2020, foi diferente do já vivido no semestre anterior, e surpreendeu positivamente, as expectativas que o setor bancário.

As ações que a administração havia tomado para o início da pandemia, foi revista principalmente para a retomada da geração de operação de crédito. Com as medidas adotadas pelo Governo Federal com o redução a zero a alíquota do IOF e com a SELIC abaixo de 2%, contribuiu para o setor.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, adaptadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) , nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 do Banco, estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020. O principal objetivo dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards - IFRS*. As principais alterações implementadas por essas normas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (não adotado pelo Banco); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente, bem como, adoção das novas nomenclaturas.

Apresentação dos saldos comparativos

Para melhor apresentação e comparabilidade nestas Demonstrações Financeiras, os saldos comparativos refletem essas mudanças na apresentação destas. Ressaltamos que esses ajustes se referem substancialmente a reclassificações e grupamentos de contas nas demonstrações financeiras, e não impactam o lucro líquido e nem o patrimônio líquido.

O quadro abaixo apresenta as reclassificações feitas no Balanço Patrimonial, advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20.:

Balanço Patrimonial	Saldo Anterior	Reclassificação	Saldo Atual	
Disponibilidades	145	-	145	Disponibilidades
Aplicações interfinanceiras de liquidez	54.705	-	54.705	Aplicações interfinanceiras de liquidez
Operações de crédito	250.551	-	250.551	Operações de crédito
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.732)	-	(4.732)	Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito
Outros créditos	7.562	(4.612)	2.970	Outros ativos financeiros
Créditos Tributários	-	4.612	4.612	Créditos Tributários
Outros valores e bens	552	-	552	Outros ativos
Outros valores e bens	1.302	-	1.302	Outros ativos
Provisão para desvalorização	(750)	-	(750)	Provisão para redução ao valor recuperável
Total do Ativo	384.876	-	384.876	Total do Ativo

Além dessas alterações, foram incluídos novos subtópicos: (i) “Instrumentos financeiros” – no ativo; e (ii) “depósitos e demais instrumentos financeiros” – no passivo.

Nas demonstrações do resultado e demonstrações dos fluxos de caixa, a única alteração no período comparativo foi a denominação de “provisão para crédito de liquidação duvidosa” que passou a ser “provisão para perda esperada associada ao risco de crédito”.

b. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 3 g e 6.b** – critério de provisionamento: mensuração para perda esperada associada ao risco de crédito;

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 18 de março de 2021.

c. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

f. Instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria, de acordo com a intenção da Administração em mantê-lo até seu vencimento ou vendê-lo antes dessa data:

- **Títulos disponíveis para a venda:** Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “Ajustes com títulos e valores mobiliários”, líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.
- **Títulos para negociação:** compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**
As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

- **Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos**

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate/liquidação, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registrados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço.

g. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As rendas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional, por intermédio da Resolução nº 4.803 de 09 de abril de 2020, que dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito das operações renegociadas, devido a pandemia da Covid-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020, nos termos do § 3º do art. 8º da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

h. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros

i. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

j. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

k. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

l. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o

menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

n. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
 - **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
 - **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
 - **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
 - **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).
- o. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido**
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% (20% para o exercício de 2018, conforme Lei nº 13.169/15).

A Emenda Constitucional 103/2019, eleva a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 20% a partir de 01 de março de 2020.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as

bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social, uma vez que a contabilização, a partir de fevereiro de 2019, passou a ser no Patrimônio Líquido, afetando o lucro líquido do período.

p. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco no exercício de 2020, no montante de R\$ 33.333 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

q. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória 1.034 que majorou a alíquota da Contribuição Social – CSLL de 20% para 25%, e passam a vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	-	6
Depósitos bancários	49	118
Reservas livres	322	21
Disponibilidades em moeda estrangeira	201	-
Total de disponibilidades	572	145
Operações compromissadas - Posição bancada	30.400	14.319
Letras do Tesouro Nacional	30.400	14.319
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	40.386
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	30.400	54.705
Total de caixa e equivalentes de caixa	30.972	54.850

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	2020		2019	
	Tx.	Curto Prazo	Tx.	Curto Prazo
DI (pré)	1,90% a.a.	30.400	4,40% a.a.	14.319
DI (pós)	-	-	4,14% a.a.	40.386
Total		16.850		54.850

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda

	Vencimento	2020		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	63.650	63.677	(27)
Debentures	16/03/2020 a 15/11/2022	3.695	3.764	(69)
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	5.949	5.753	195
Total		73.294	73.194	99

Não existe comparativo para o exercício de 2019, considerando que a administração reclassificou os respectivos títulos e valores mobiliários para a categoria de disponível para venda atendendo ao conceito da Circular Bacen nº 3.068/2001.

b. Títulos e valores mobiliários – mantidos para negociação

	Vencimento	2019		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro - LFT	01/03/2021 a 01/03/2024	9.200	9.200	-
Debentures	16/03/2020 a 15/11/2022	8.323	8.323	-
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	3.000	3.000	-
Letra financeira	15/03/2021	3.148	3.148	-
Certificado de depósitos bancários	20/03/2020	2.095	2.095	-
Total		25.766	25.766	-

c. Títulos e valores mobiliários – valores em garantia de operações – mantido até o vencimento

	Vencimento	2020*		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Letra Financeira do Tesouro – LFT	01/03/2021	5.928	5.928	-

*não há comparativos para 2019.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos –B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos (corrigidos pelo CDI), conforme demonstrada a seguir:

Posição ativa	Data de vencimento	2020			2019	
		Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a receber	Valor de mercado	Diferencial a receber
Pré-Fixada	20/07/2020	-	-	-	43.496	-
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	53.152	-	51.721	-
Total		50.000	53.152	-	92.617	-

Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Valor de mercado	Diferencial a pagar	2019	
					Valor de Mercado	Diferencial a pagar
CDI	20/07/2020	-	-	-	45.927	(2.431)
CDI	01/07/2022	50.000	59.961	(6.808)	55.278	(3.557)
Total		50.000	59.961	(6.808)	96.654	(5.988)

c. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º semestre/2020	2020	2019
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	48	535	1.285
Rendas de aplicações em operações compromissadas	435	890	270
Deságio na colocação de títulos	(303)	(555)	(363)
Rendas em aplicação em fundos	-	417	954
Resultado com títulos de renda fixa	1.093	2.132	676
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(410)	(3.508)	(4.732)
Total	863	(89)	(1.910)

6 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2020		2019	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	142	0,04%	-	-
Crédito pessoal consignado	246.335	66,03%	226.168	88,60%
Capital de giro	1.663	0,45%	-	-
Cartão de crédito	123	0,03%	-	-
Empréstimos com garantia	67.438	18,08%	266	0,10%
Financiamentos	77	0,02%	-	-
Financ. imob. empreend - aquisição	10.150	2,72%	-	-
Financ. imob. resid. - aquisição	43.845	11,75%	28.849	11,30%
Financ. imob. resid.- construção	3.277	0,88%	-	-
Total	373.050	100,00%	255.283	100,00%
Circulante	87.798		70.583	
Não circulante	285.252		184.700	

b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º Semestre/2020	2020	2019
Saldo inicial semestre/exercício	(4.935)	(4.732)	(2.698)
Constituição líquido de reversões	(2.554)	(4.997)	(3.550)
Baixa para prejuízo	2.042	4.282	1.516
Saldo final semestre/exercício	<u>(5.447)</u>	<u>(5.447)</u>	<u>(4.732)</u>
Circulante	(2.243)	(2.243)	(2.257)
Não circulante	(3.204)	(3.204)	(2.475)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 852 e 1.318, respectivamente (R\$ 627 em dezembro de 2019).

As operações de crédito refinanciadas, totalizaram R\$ 97.626 no exercício findo e 31 de dezembro de 2020 (R\$ 161.229 no exercício 2019). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	2020	2019
Até 3 meses	22.685	16.795
De 3 meses a 12 meses	63.452	52.100
De 1 a 3 anos	140.713	99.379
De 3 a 5 anos	94.923	54.255
De 5 a 15 anos	49.616	30.754
Acima de 15 anos	-	311
Total a vencer	371.389	253.594
Vencidos	1.661	1.689
Total	373.050	255.283

b.3 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor			2020		2019	
			Indústria	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	635	-	3.629	4.264	-	240	-
A	Normal	0,50%	83.148	7.572	238.965	329.685	(1.648)	239.585	(1.198)
B	Normal	1,00%	19.046	405	5.133	24.584	(246)	6.274	(63)
	Vencido		1.301	-	1.271	2.572	(26)	1.553	(16)
C	Normal	3,00%	4.304	-	810	5.114	(153)	978	(29)
	Vencido		251	-	987	1.238	(37)	1.130	(34)
D	Normal	10,00%	-	-	253	253	(25)	649	(65)
	Vencido		367	-	586	953	(95)	268	(27)
E	Normal	30,00%	-	-	122	122	(37)	40	(12)
	Vencido		-	-	465	465	(140)	1.140	(342)
F	Normal	50,00%	101	-	14	115	(58)	55	(28)
	Vencido		594	-	555	1.149	(575)	564	(282)
G	Normal	70,00%	-	-	-	-	-	26	(18)
	Vencido		-	-	431	431	(303)	540	(377)
H	Normal	100,00%	-	-	109	109	(109)	-	-
	Vencido		-	-	1.996	1.996	(1.996)	2.241	(2.241)
Total			109.747	7.977	255.326	373.050	(5.447)	255.283	(4.732)
Circulante						87.798	(2.243)	70.583	(2.257)
Não Circulante						285.252	(3.204)	184.700	(2.475)

a. Cessão de crédito

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 38.409 (não há valores comparativos em dezembro de 2019). Estas operações auferiram, no semestre e exercício em questão, renda no montante de R\$ 801 e R\$ 2.425 respectivamente (não há valores comparativos em dezembro de 2019). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o exercício em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada, no montante de R\$ 37.827 (não há valores comparativos em dezembro de 2019). Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

7 Outros ativos financeiros

	2020	2019
Circulante		
Dividendos a receber	2.261	691
Serviços prestados a receber	204	792
Adiantamentos e antecipações salariais	226	42
Impostos a recuperar (c)	2.984	-
Devedores diversos (b)	1.000	139
Valores a receber de sociedades ligadas	215	472
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(194)	51
Títulos e créditos a receber (a)	2.407	24
Outros ativos financeiros	-	54
Total	9.103	2.265
Não circulante		
Devedores por depósitos em garantia	280	205
Títulos e créditos a receber (a)	327	327
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	(260)	480
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(327)	(327)
Total	20	685

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 31 de dezembro de 2020, basicamente por: (i) R\$268 saldos não repassados de órgãos públicos (R\$ 103 em dezembro de 2019); (ii) R\$ 248 são referentes a valores sem características de concessão de crédito (R\$ 248 em dezembro de 2019) este valor encontra-se provisionado para sua perda em sua totalidade por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processo de cobrança e (iii) R\$ 2.218 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari (não há comparativos para dezembro de 2019).
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por valores relativos a portabilidade no montante de R\$ 464 (R\$ 139 em dezembro de 2019) e carga de pagamento BariCard a processar no montante de R\$ 536 (não há valores comparativos para dezembro 2019).
- (c) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas durante o exercício de 2020, que serão recuperadas em exercícios futuros.

8 Outros ativos

	2020	2019
Circulante		
Despesas antecipadas outros	6	52
Total	6	52
Não circulante		
Bens não de uso	1.250	1.250
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(750)	(750)
Total	500	500

9 Investimentos

	Controladas			Coligada	Exercício	
	Barigui Gestão de Recursos Ltda (a)	Bari Securitizadora S.A (b)	Bari Companhia Hipotecária (c)	Certa – Central de Registros de Títulos e Ativos (d)	2020 Total	2019 Total
Informações sobre a controlada:						
Número de ações de capital	1.950.000	2.750.000	31.700.000	14.029.000		
Patrimônio líquido:						
Capital social	1.950	2.750	31.700	14.029		
Reservas de lucros	2.325	1.131	32.659	-		
Ajuste a valor de mercado	0	22	(1)			
Informações sobre o investimento na controlada:						
Número de ações possuídas	1.320	2.723	31.383	119		
Percentual de participação (%)	67,67%	99%	99%	0,85%		
Movimentação dos investimentos no exercício:						
Saldo início do período	414	2.250	36.549	119	39.332	30.079
Aquisição participação societária	-	-	-	-	-	1.000
Aumento de capital	-	1.386	-	120	1.506	50
Dividendos	-	(22)	(1.642)	-	(1.664)	(1.778)
Resultado de equivalência patrimonial	2.479	250	28.807	(239)	31.297	9.981
Saldo final do exercício	2.893	3.864	63.714	-	70.471	39.332

- (a) Em 2016, o Banco, adquiriu participação societária, junto à empresa Barigui Gestão de Recursos Ltda, com valor nominal de cotas correspondentes a R\$ 1.320 (hum milhão, trezentos e vinte mil reais). A Barigui Gestão, tem como objeto social a gestão de carteira de títulos e valores mobiliários.
- (b) Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Bari Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (Hum milhão, trezentos e trinta e sete mil reais) e efetuou aumento de capital no valor de R\$ 1.400 em outubro de 2020. A Bari Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (c) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (d) Em julho de 2018, o Banco iniciou processo para participar acionariamente da empresa CERTA – Central de Registro de Ativos S.A. que em como objeto social atividades de registro de títulos e de outros instrumentos financeiros, que não sejam considerados valores mobiliários, incluindo o registro de ônus e gravames a eles relacionados, ou sobre ele incidentes. A mesma encontra-se em fase pré-operacional, e o método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

10 Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é composto por gastos de aquisição e desenvolvimento de software, no montante total de R\$ 15.549 (R\$ 5.182 em dezembro de 2019), sendo R\$ 13.803 de gastos gerados internamente (R\$ 4.089 em dezembro de 2019) e R\$ 1.746 adquiridos de terceiros (R\$ 1.093 em dezembro de 2019).

11 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos a prazo

2020				2019
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
2.408	22.488	282.166	307.602	151.106
Circulante			24.896	1.804
Não Circulante			282.166	149.302

b. Outros depósitos – conta de pagamento

2020				2019
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
1.682	-	-	1.682	-
Circulante			1.682	-
Não Circulante			-	-

c. Recursos de aceites de emissão de títulos

i. Recursos de aceites cambiais

2020				2019
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
6.729	26.437	12.031	45.197	99.380
Circulante			33.166	45.295
Não Circulante			12.031	54.085

ii. Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias

2020				2019
Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
-	568	51.334	51.912	-
Circulante			568	-
Não Circulante			51.334	-

d. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	2º Semestre/2020	2020	2019
Despesas depósitos interfinanceiros	-	(222)	(43)
Despesas depósitos a prazo	(8.691)	(14.193)	(6.799)
Despesas aceites cambiais	(1.918)	(4.154)	(10.871)
Despesas de letra de crédito imobiliário	(1.403)	(1.435)	-
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(250)	(448)	(310)
Total	<u>(12.262)</u>	<u>(20.452)</u>	<u>(18.023)</u>

12 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2020	2019
Circulante		
Imposto de renda	-	1.165
Contribuição social	-	939
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	181	61
Impostos e contribuições s/ salários	253	275
Outros	613	320
Impostos diferidos	44	-
Total	<u>1.091</u>	<u>2.760</u>
Não Circulante		
Impostos diferidos	-	181
Total	<u>-</u>	<u>181</u>

13 Outras obrigações - Diversas

	2020	2019
Circulante		
Despesas de pessoal	499	389
Outras provisões	4.782	784
Obrigações para aquisição de bens e direitos	-	1.000
Credores diversos - país (a)	25.932	7.073
Total	<u>31.216</u>	<u>9.246</u>
Não circulante		
Provisão para contingência (nota 14)	274	235
Total	<u>274</u>	<u>235</u>

(a) Referem-se a:

- (i) parcelas de operações de crédito recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 3.098 (R\$ 1.599 em dezembro de 2019).
- (ii) contratos a liberar e compra de carteira R\$ 19.704 (R\$ 5.416 em dezembro de 2019),
- (iii) Credores bandeira Elo R\$ 2.456 (não há valores comparativos para dezembro 2019). e
- (iii) outros credores pulverizados R\$ 674 (R\$ 58 em dezembro de 2019).

14 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto.. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possui contabilizada provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 274 (R\$ 235 em dezembro de 2019), registrada na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	2020				Saldo no final do período
	Saldo no início do período	Constituição	Reversão	Pagamentos	
Cíveis	133	709	(243)	(480)	119
Trabalhistas	102	246	(193)	-	155
Total – 31/12/2020	235	955	(436)	(480)	274
Total – 31/12/2019	252	65	(37)	-	235

Em dezembro de 2020 e 2019, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2020, os processos de natureza cível classificados como possíveis totalizaram R\$ 1.410 (R\$ 875 em dezembro de 2019).

O Banco possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível, em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 69 (R\$ 110 em dezembro de 2019).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 17 de dezembro de 2020, a acionista Maria Tereza Fornea Caron, alienou sua participação societária para Enio Fornea Junior. O valor do capital social é R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 49.000 (quarenta e nove milhões de reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.000 (um milhão de reais) em ações preferenciais nominativas.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	17.737.550
Enio Fornea Junior	11,7635%	5.881.750
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	12.093.450
Antonio Bordin Neto	6,9745%	3.487.250
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	1.000.000
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	9.800.000
Total	100,0000%	50.000.000

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Valor Provisionado	Valor de imposto retido	Valor líq. a pagar	Valor Pago	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio – JCP – 2019	5.040	(756)	4.284	(3.484)	Pagto parcial em 16/05/2019	25ª AGO 25/05/2020
Dividendos propostos em 2018	758	-	758	(744)	Pagto parcial em 16/05/2019	25ª AGO 25/05/2020
Dividendos propostos em 2019	991	-	991	-	-	25ª AGO 25/05/2020
Dividendos propostos em 2020	5.080	-	5.080	-	-	Não deliberado
Juros sobre capital próprio - JCP – 2020	4.717	(708)	4.009	-	-	Não deliberado

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2020	2019
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)		
Lucro líquido do período	33.333	21.507
Reserva legal (5%)	(1.667)	(1.075)
Juros sobre o capital próprio (JCP)	(4.717)	(5.040)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	26.949	15.392
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (a)	(6.737)	(991)

- (a) A Resolução n.º 4.885 do Conselho Monetário Nacional de 23 de dezembro de 2020, alterou a Resolução 4.820 de maio de 2020, tornando possível a distribuição de juros sobre capital a próprio e dividendos mínimo obrigatório de acordo com o estatuto da entidade, respeitando o percentual máximo de distribuição de 30% do lucro líquido. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios foram reduzidas devido a limitação proposta na resolução supramencionada considerando a distribuição já realizada do Juros sobre capital próprio.

16 Transações entre partes relacionadas

	2020			2019		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
LC e CDB (a)	(38.725)	-	(410)	(5.435)	-	(191)
Remuneração administradores	-	-	(435)	-	-	(143)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(5.865)	-	-	(2.410)	-	(3.252)
Controladas (a)						
Serviços prestados a receber	-	-	-	704	714	-
Aplicação Interfinanceira	-	-	-	40.386	543	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	213	-	2.081	459	-	-
Dividendos	1.664	-	-	618	-	-
LC e CDB (a)	(8.261)	-	(149)	(1.395)	-	(82)
Pessoas jurídicas						
Antecipações de recebíveis	134	13	-	-	-	-
Desenvolvimento de software	(1.246)	-	(3.688)	-	-	-
Juros sobre capital próprio/dividendos	(3.224)	-	-	(1.325)	-	(1.788)
LC e CDB (a)	(35.988)	-	(1.006)	(31.423)	-	(642)
Prestação de serviços (b)	(1.533)	-	(10.773)	(121)	-	(1.282)
Aluguel comercial	-	-	(166)	(12)	-	(207)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	2	-	20	13	-	-

Informações adicionais:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, para emissão de CRI no montante de R\$37.827. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

- * São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A.; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda.; (xvii) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda.; (xviii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda.; (xix) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda.

- (a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A, Barigüi Gestão de Recursos Ltda.
 (b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.
 (c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

a. Política de remuneração

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Um dos membros da diretoria executiva tem remuneração de natureza fixa, e os demais contemplam verbas salariais, portanto, parcelas variáveis. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está representado por R\$ 260 e R\$ 435 respectivamente (R\$ 143 em dezembro de 2019).

17 Rendas de prestação de serviços

	2º Semestre/2020	2020	2019
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	950	1.164	-
Rendas de comissão de colocação de títulos	1.272	2.917	
Utilização de canais de atendimento prioritário	1	1	-
Rendas de outros serviços	46	48	1.019
	<u>2.269</u>	<u>4.130</u>	<u>1.019</u>
Total	<u>2.269</u>	<u>4.130</u>	<u>1.019</u>

18 Despesas tributárias

	2º Semestre/2020	2020	2019
Despesa de PIS	(162)	(322)	(266)
Despesa de COFINS	(993)	(1.982)	(1.638)
Despesas de ISS	(49)	(143)	(51)
Outros	(76)	(207)	(327)
	<u>(1.280)</u>	<u>(2.654)</u>	<u>(2.282)</u>
Total	<u>(1.280)</u>	<u>(2.654)</u>	<u>(2.282)</u>

19 Outras despesas administrativas

	2º Semestre/2020	2020	2019
Despesas com serviços terceirizados (a)	(10.439)	(13.309)	(4.043)
Despesas de processamento de dados	(4.514)	(7.052)	(3.276)
Despesa com serv. téc. Especializados	(2.275)	(4.087)	(2.478)
Despesas com propaganda e publicidade	(1.824)	(2.343)	(433)
Despesas com amortização/depreciação	(1.795)	(2.845)	(252)
Despesas de comunicação	(441)	(680)	(482)
Despesas serviço sistema financeiro	(373)	(471)	(218)
Despesas de aluguel comercial	(214)	(346)	(250)
Despesas judiciais e cartório	(169)	(190)	(77)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(163)	(270)	(51)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(161)	(577)	(661)
Despesas com viagens	(85)	(232)	(435)
Despesas com acordo judicial	(63)	(121)	(325)
Despesas de seguros	(25)	(58)	(135)
Despesa de transporte	(21)	(53)	(71)
Outras despesas	(299)	(516)	(772)
	<u>(22.862)</u>	<u>(33.152)</u>	<u>(13.959)</u>
Total	<u>(22.862)</u>	<u>(33.152)</u>	<u>(13.959)</u>

(a) Refere-se principalmente à:

- (i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 correspondem ao valor de R\$ 5.304 e R\$ 6.236 respectivamente (R\$ 2.248 em dezembro de 2019),

- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, correspondem a R\$ 275 e R\$ 435 respectivamente (R\$ 340 em dezembro de 2019);
- (iii) As despesas incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relativas a custos de repasse aos órgãos públicos, montam os valores de R\$ 380 e R\$ 747 respectivamente (R\$ 814 em dezembro de 2019);
- (iv) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, somam o valor R\$ 1.813 e R\$ 2.337 respectivamente (não há valores comparativos para dezembro 2019);
- (v) As despesas relativas a assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital montam o valor de R\$ 2.352 e 2.795 respectivamente (não há valores comparativos para dezembro 2019), e
- (vi) Outras despesas pulverizadas, incorridas no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, correspondem ao montante de R\$ 314 e R\$ 758 respectivamente (R\$ 641 em dezembro de 2019).

20 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Semestre/2020	2020	2019
Impostos correntes			
Provisão para imposto de renda	1.865	(22)	(2.640)
Provisão para contribuição social	1.434	-	(1.741)
Total	<u>3.299</u>	<u>(22)</u>	<u>(4.381)</u>
Ativo fiscal diferido	572	1.819	1.154
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	181	181	69
Total imposto de renda e contribuição social	<u>4.052</u>	<u>1.978</u>	<u>(3.158)</u>

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Semestre 2020	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio	13.694	31.354	24.665
Juros sobre capital próprio (não reflete resultado em 2020)	-	-	(5.040)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.694	31.354	19.625
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(6.162)	(14.109)	(7.850)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições Temporárias	(2.125)	(4.946)	(3.417)
Adições Permanentes	-	(5)	(69)
Exclusões:			
Equivalência	8.726	14.083	3.993
Provisões temporárias períodos anteriores	-	1.736	2.702
Deduções fiscais	1	2	236
Juros sobre capital próprio	1.763	2.123	-
Swap	1.209	1.209	-
Outros	(113)	(115)	24
Imposto de Renda e Contribuições Social - correntes	<u>3.299</u>	<u>(22)</u>	<u>(4.381)</u>

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

d.

	<u>Saldo inicial em 01/01/2020</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo final em 31/12/2020</u>
Imposto de renda				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	645	1.347	(445)	1.547
Provisão para contingências	59	235	(225)	69
Provisão MTM	1.598	883	(779)	1.702
Outras provisões	260	99	(105)	254
	<u>2.562</u>	<u>2.564</u>	<u>(1.554)</u>	<u>3.572</u>
Créditos Tributários de IRPJ				
Contribuição social				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	515	1.078	(356)	1.237
Provisão para contingências	47	188	(180)	55
Provisão MTM	1.279	706	(623)	1.362
Outras provisões	209	79	(83)	205
	<u>2.050</u>	<u>2.051</u>	<u>(1.242)</u>	<u>2.859</u>
Créditos Tributários de CSLL				
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	<u>4.612</u>	<u>4.615</u>	<u>(2.796)</u>	<u>6.431</u>

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em dezembro de 2020 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>TOTAL</u>
<u>Créditos Tributários de Imposto de Renda</u>				
Diferenças Temporária	2.774	206	593	3.573
Valor Presente	2.716	198	568	3.482
<u>Créditos Tributários de Contribuição Social</u>				
Diferenças Temporária	2.219	165	474	2.858
Valor Presente	2.173	158	455	2.786

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 102.13%.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o período de 2020 e 2019.

e. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 44 em 31 de dezembro de 2020 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários (R\$ 181 em dezembro de 2019).

21 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em dezembro de 2020 atingiu 19,71 representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	2020	2019
Patrimônio de referência	<u>107.773</u>	<u>97.162</u>
Índice de Basileia BACEN	<u>19,71</u>	<u>19,55</u>

22 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Socioambiental e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. As respectivas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Na estrutura sob apreço tem o papel relevante o **Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital** que subsidia o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos operacionais para concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos da espécie. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com o exame da suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou renegociação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle oriundos de sistemas informatizados ou manuais, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de ameaças, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco Operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, neste contexto, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

c. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e, anualmente, são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificado como decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e/ou taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas, com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a tal risco, com diversificação e seleção criteriosa de investimentos.

e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o bom gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para seu ajuste, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

f. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

Em complemento ao afirmado no parágrafo anterior, o Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

g. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à aspectos sociais (trabalho escravo, proteção a menores em atividades laborais, etc.) e, também, responsabilidade ambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou de fornecedores. As diversas modalidades de contratos gerados no Banco apresentam cláusulas específicas para prevenir inobservâncias aos preceitos que regem a matéria.

Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

“ O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.”

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital está registrada no endereço eletrônico: www.bariquicredito inteligente.com.br > institucional >

gerenciamento de riscos.

* * *

DIRETORIA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente

EVALDO LEANDRO PERUSSOLO
Diretor Superintendente

MATEUS VARGAS FOGAÇA
Diretor Executivo

EDUARDO ZAGONEL NEVES
Diretor Executivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IVO LUIZ ROVEDA
Presidente

ENIO FORNEA JÚNIOR
Vice Presidente

FELIX ARCHANJO BORDIN
Conselheiro

ANTÔNIO BORDIN NETO
Conselheiro

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Conselheiro

RESPONSÁVEL TÉCNICA
CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRC PR 063966/O-2